Acervo ISA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

CEDI - P. I. B.
DATA 31/12/86
CD KD 00018

RELATÓRIO DO GRUPO DE TRABALHO SOBRE "POLÍTICA INDIGENISTA". QUINTA REUNIÃO DA ANPPOCS, NOVA FRIBURGO, 1981.

Anthony Seeger
Museu Nacional
Coordenador do Grupo de Trabalho

Em sua segunda reunião, realizada por ocasião da quinta reunião anual da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais, o grupo de trabalho sobre política indigenista debateu longamente o papel de antropólogos envolvidos em projetos junto aos grupos indígenas. A reunião deu continuidade a uma iniciativa da Associação Brasileira de Antropologia de examinar casos para refletir sobre quatro itens: (1) a posição do antropólogo nas relações entre a comunidade indígena, o Estado e a sociedade envolvente; (2) a relação entre o antropólogo e os índios em termos de uma política indígena; (3) o lugar do "saber antropológico" dentro de uma política indígena; e (4) quais as implicações de uma política de atuação à revelia do controle estatal das áreas indígenas. O grupo de trabalho e as pessoas que assistiram os debates incluem antropólogos que participam em vários tipos de trabalho junto aos grupos indígenas e outros que atuam de outras maneiras. Cinco trabalhos foram apresentados e amplamente debatidos, estando todos em fase de reformulação. Por motivos de viagem, o Professor Anthony Seeger solicitou seu afastamento da coordenação do grupo e a Profa. Lígia Simonian assumiu a sua direção. As pessoas interessadas em receber notícias sobre o planejamento da próxima reunião deverão corresponder-se diretamente com Lígia Simonian: Rua Valdir Pochman 82 - Ijuí - RS - CEP 98.700 - Tel: 332-1866 (horário comercial).

O Grupo de Trabalho preparou o Documento Final apresentado a seguir e contou com a participação ativa das seguintes pessoas:

Alcida Rita Ramos
Anthony Seeger
Carlos Alberto Ricardo
Cecília Maria Vieira Helm
Eduardo Batalha Viveiros de Castro

Acervo ISA

Eunice Durham
Gilberto Azanha
Lígia Maria Lopes Simonian
Maria Rosário Gonçalves de Carvalho
Pedro Manoel Agostinho da Silva
Roberto Cardoso de Oliveira
Roque de Barros Laraia
Rubem Ferreira Thomaz de Almeida
Sylvia Caiuby Novaes

DOCUMENTO FINAL DO GRUPO DE TRABALHO "POLÍTICA INDIGENISTA"

A natureza do trabalho antropológico implica por necessidade uma participação intensa e prolongada junto às comunidades indígenas. Esta exigência, própria à nossa disciplina, leva em muitos casos a propostas sistemáticas de atuação prática e colaboração especializada no enfrentamento dos problemas vividos pelos índios. Nosso trabalho, assim, possui uma dimensão política, em sentido lato, que deve ser seriamente considerada, como conseqüência deste compromisso interno à própria ciência com as populações que estudamos.

A especificidade do estatuto jurídico dos índios coloca, entretanto, algumas questões práticas no que tange ao exercício deste compromisso. O Estado - responsável legal pela tutela dos índios - interpreta este dever como um poder de monopólio das decisões sobre o destino concreto das populações indígenas brasileiras. Repetidas vezes, em diversas épocas, os antropólogos sentimo- nos na obrigação de tentar, através de participação efetiva no Órgão Tutelar (SPI, FUNAI), redirecionar os rumos da política indigenista em favor dos índios, a partir de nosso saber específico. O exame dos resultados destas tentativas, ao longo da história do indigenismo, mostrou claramente as limitações intrínsecas a tal intenção.

A burocratização, a subordinação de nossa competência a imperativos tecnocráticos e a diretrizes autoritariamente concebidas fora do âmbito de nossas decisões, reduziram a atividade antropológica dentro da FUNAI a um papel meramente instrumental e de fa

Acervo ISA

chada legitimadora, antagônico seja aos imperativos da Antropolo - gia, seja aos interesses dos povos indígenas.

Assim, sem prejuízo de nosso esforço continuado em pressionar o Estado no sentido da adoção de políticas menos lesivas aos índios, os antropólogos consideramos que é nosso direito legítimo assessorar praticamente as comunidades indígenas na gestão de suas políticas de sobrevivência e resistência. Questionamos assim o monopólio de poder exercido pela FUNAI, e trabalhamos para dimi - nuir a assimetria que faz com que o Estado seja, para os índios, ao mesmo tempo uma das maiores ameaças e o responsável jurídico por sua proteção. Tal dependência das populações indígenas a um cen - tro único de poder - e no qual seus interesses não são efetivamente representados - reduz drasticamente o espaço de manifestação política e de participação deste setor minoritário da sociedade brasileira.

Nossa atividade, portanto, longe de constituir um paternalismo alternativo, busca essencialmente colocar nosso conhecimento das formas de vida e concepções de mundo indígenas à disposição das comunidades, em sua luta pela ampliação de alternativas de sobrevivência e pela autodeterminação dentro da sociedade brasileira. Não pretendemos "substituir" a FUNAI - que a ela cabe, e deve ser cobrado, o dever de proteção aos índios -, mas sim permitir que os próprios índios possam escolher os caminhos de seu futuro.

Rio de Janeiro, 11 de novembro de 1981

Anthony Seeger
Coordenador do Grupo de Trabalho

AS/amrr.